Indústrias Romi S.A.

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017

Building a better working world

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Indústrias Romi S.A.
Santa Bárbara d'Oeste - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS

Conforme divulgado na nota explicativa 14, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado na rubrica provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis o montante de R$ 53.736 mil referente aos valores relativos ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos de novembro de 2006 a dezembro de 2017, mas foram, entretanto, depositados judicialmente. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o tema da repercussão geral, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. Desta forma, com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, entendemos que já não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar esta obrigação e, sendo assim, a referida provisão deveria ter sido revertida na data do balanço. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, o valor do ativo não circulante e total do ativo, individuais e consolidados, estão apresentados a menor em R$81.320 mil, enquanto que o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e o lucro líquido do exercício findo naquela data, individuais e consolidados, estão apresentados a menor em R$ 53.671 mil, liquido de efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a provisão registrada pela Companhia referente a ação judicial de questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS não atende aos critérios para reconhecimento da provisão, de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. A manutenção da respectiva provisão afeta significativamente a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo

A Companhia e suas controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na nota explicativa 15. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de imposto diferido ativo era de R$ 49.426 mil na Controladora e R$ 49.426 mil no Consolidado. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses impostos diferidos ativos; envolvemos nossos especialistas em impostos para nos auxiliar nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos; realizamos teste dos controles implementados pela Companhia sobre os impostos diferidos ativos, incluindo os controles sobre a análise de realização de tais tributos; analisamos as projeções para a realização dos impostos diferidos preparadas pela Administração, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional e internacional, e: iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos impostos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas possuem ativo imobilizado significativo, conforme detalhado na nota explicativa 10. Em 31 de dezembro de 2017, esses montantes eram de R$ 190.852 mil na Controladora e R$ 257.939 mil no Consolidado. A Companhia reconhece e mantém esses ativos registrados na medida em que haja indicativos de que os mesmos sejam integralmente recuperáveis ao longo da vida útil com base nos fluxos de caixa futuros descontados. A Administração avaliou a recuperabilidade desses ativos por meio da elaboração de projeções de fluxo de caixa futuro para as três Unidades Geradoras de Caixa identificadas. A Administração utilizou premissas subjetivas e julgamentos nos cálculos das projeções para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa. Envidamos, portanto, esforços de auditoria significativos na análise das projeções de geração de caixa das unidades.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, como volumes e preços de venda, expectativas de desempenho de economia brasileira e internacional bem como taxas de câmbio.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à recuperabilidade do ativo imobilizado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade do ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.8 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 7 de fevereiro de 2017, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

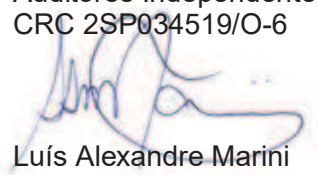
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Building a better working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 6 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

BALANÇOS PATRIMONAIS
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2017	Controladora 31 de dezembro de 2016	Consolidado 31 de dezembro de 2017	Consolidado 31 de dezembro de 2016
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	66.634	60.671	102.510	101.510
Aplicações financeiras	3	16.842	20.831	16.842	20.831
Duplicatas a receber	4	70.359	60.227	120.303	94.216
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	88.114	102.356	88.114	102.356
Estoques	6	162.517	182.215	241.891	264.587
Partes relacionadas	8	42.052	36.566	-	-
Impostos e contribuições a recuperar		7.119	21.980	11.780	24.402
Outros créditos		8.594	12.852	10.753	14.541
		462.231	497.698	592.193	622.443
NÃO CIRCULANTE					
Duplicatas a receber	4	11.310	11.996	11.310	11.996
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	79.819	67.323	79.819	67.323
Impostos e contribuições a recuperar		778	777	778	777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	49.426	56.232	49.426	57.984
Depósitos judiciais	14	2.057	2.115	2.057	2.115
Outros créditos		10.835	8.806	11.125	9.065
		154.225	147.249	154.515	149.260
Investimentos em controladas	7	137.727	122.505	-	-
Imobilizado	10	190.852	193.721	257.939	252.033
Propriedade para investimento	9	13.500	13.227	18.602	17.538
Intangível	11	1.124	758	52.174	42.846
		497.428	477.460	483.230	461.677
TOTAL DO ATIVO		959.659	975.158	1.075.423	1.084.120

PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2017	Controladora 31 de dezembro de 2016	Consolidado 31 de dezembro de 2017	Consolidado 31 de dezembro de 2016
CIRCULANTE					
Financiamentos	12	71.246	96.221	74.170	99.435
Financiamentos - FINAME fabricante	13	55.463	67.177	55.463	67.177
Fornecedores		27.405	28.165	33.802	34.482
Salários e encargos sociais		20.484	15.548	28.148	19.013
Impostos e contribuições a recolher		4.918	1.172	5.896	2.596
Adiantamentos de clientes		12.755	8.318	56.512	53.787
Participações a pagar		1.551	158	1.551	158
Dividendos e juros sobre o capital próprio		8.335	-	8.335	-
Outras contas a pagar		5.802	5.713	16.649	14.241
Partes relacionadas	8	778	758	-	-
Provisão para passivo a descoberto - controlada	7	664	-	-	-
		209.401	223.230	280.526	290.889
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	12	34.748	87.761	47.066	100.338
Financiamentos - FINAME fabricante	13	72.770	62.953	72.770	62.953
Impostos e contribuições a recolher		-	539	-	539
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	768	713	1.561	1.920
Outras contas a pagar		3	-	115	96
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	29.885	25.853
		108.289	151.966	151.397	191.699
TOTAL DOS PASSIVOS		317.690	375.196	431.923	482.588
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16	492.025	492.025	492.025	492.025
Reserva de lucros	16	118.960	90.243	118.960	90.243
Ajuste de avaliação patrimonial	16	30.984	17.694	30.984	17.694
		641.969	599.962	641.969	599.962
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	1.531	1.570
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		641.969	599.962	643.500	601.532
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		959.659	975.158	1.075.423	1.084.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	22	468.502	445.097	672.873	586.917
Custo dos produtos e serviços vendidos	6	(340.111)	(370.025)	(483.236)	(469.921)
Lucro bruto		128.391	75.072	189.637	116.996
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas		(39.339)	(46.751)	(67.736)	(72.846)
Gerais e administrativas		(26.941)	(34.129)	(52.143)	(64.592)
Pesquisa e desenvolvimento		(16.772)	(19.492)	(16.772)	(19.492)
Participação e honorários da Administração	8	(6.718)	(5.134)	(6.815)	(5.230)
Resultado de participações societárias	7	5.710	(14.690)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		3.179	1.249	5.094	730
		(80.881)	(118.947)	(138.372)	(161.430)
Lucro (prejuízo) operacional		47.510	(43.875)	51.265	(44.434)
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras		13.805	17.630	15.822	20.773
Despesas financeiras		(12.926)	(15.999)	(14.840)	(19.458)
Variação cambial, líquida		3.102	(5.013)	2.846	(5.098)
		3.981	(3.382)	3.828	(3.783)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		51.491	(47.257)	55.093	(48.217)
Imposto de renda e contribuição social		(13.829)	7.562	(17.139)	8.748
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		37.662	(39.695)	37.954	(39.469)
Atribuível à					
Participação dos acionistas controladores				37.662	(39.695)
Participação dos acionistas não controladores				292	226
				37.954	(39.469)
Lucro (prejuízo) básico por ação em reais - R$	16	0,60	(0,63)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	37.662	(39.695)	37.954	(39.469)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	13.290	(25.357)	13.290	(25.357)
Lucro líquido (prejuízo) abrangente do exercício	50.952	(65.052)	51.244	(64.826)
Atribuível à				
Participação dos acionistas da controladora			50.952	(65.052)
Participação dos acionistas não controladores			292	226
			51.244	(64.826)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Atribuído à participação dos controladores									
			Reserva de lucros							
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros	Reserva legal	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**492.025**	**(5.078)**	**98.966**	**41.755**	**140.721**	**43.051**	**-**	**670.719**	**2.276**	**672.995**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(39.695)	(39.695)	226	(39.469)
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(25.357)	-	(25.357)		(25.357)
Total dos resultados abrangentes reconhecido no período	-	-	-	-	-	(25.357)	(39.695)	(65.052)	226	(64.826)
Aquisição de ações de emissão própria	-	(5.705)	-	-	-	-	-	(5.705)	-	(5.705)
Cancelamento das ações em tesouraria de emissão própria	-	10.783	(10.783)	-	(10.783)	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(39.695)	-	(39.695)	-	39.695	-	-	-
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(932)	(932)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		5.078	(50.478)	-	(50.478)		39.695	(5.705)	(932)	(6.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**492.025**	**-**	**48.488**	**41.755**	**90.243**	**17.694**	**-**	**599.962**	**1.570**	**601.532**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	37.662	37.662	292	37.954
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	-	13.290	-	13.290	-	13.290
Total dos resultados abrangentes reconhecido no período	-	-	-	-	-	13.290	37.662	50.952	292	51.244
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(331)	(331)
Dividendos e juros sobre o capital próprio obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(8.945)	(8.945)	-	(8.945)
Transferência entre reservas	-	-	26.834	1.883	28.717	-	(28.717)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	26.834	1.883	28.717		(37.662)	(8.945)	(331)	(9.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**492.025**	**-**	**75.322**	**43.638**	**118.960**	**30.984**	**-**	**641.969**	**1.531**	**643.500**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**51.491**	**(47.257)**	**55.093**	**(48.217)**
Ajustes de:				
Despesas (receitas) financeiras e variação cambial, não realizadas	4.785	17.249	(3.944)	10.102
Depreciação e amortização	23.675	27.375	30.255	34.385
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber, outros créditos e máquinas usadas	(630)	(513)	(2.638)	(2.515)
Reversão para realização dos estoques	(9.184)	(11.395)	(11.190)	(14.579)
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(4.106)	(58)	(5.151)	729
Resultado de participações societárias	(5.710)	14.690	-	-
Provisão para passivos eventuais	1.695	4.347	1.169	4.756
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Aplicações financeiras	3.989	(17.838)	3.989	(17.838)
Duplicatas a receber	(1.617)	(9.811)	(15.564)	24.318
Partes relacionadas (ativo e passivo)	(5.560)	(2.439)	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	6.708	51.537	6.708	51.537
Estoques	28.882	21.776	33.887	17.779
Impostos e contribuições a recuperar	7.840	(2.319)	21.179	(10.368)
Depósitos judiciais	(2.776)	(1.537)	(2.776)	186
Outros créditos	9.065	12.747	8.564	12.763
Fornecedores	(1.167)	8.711	(1.087)	6.958
Salários e encargos sociais	5.757	(1.389)	9.956	(1.102)
Impostos e contribuições a recolher	3.914	(972)	(8.918)	(825)
Adiantamentos de clientes	4.437	(3.296)	2.725	15.936
Outras contas a pagar	522	(6.543)	2.851	(15.614)
Caixa gerado nas operações	122.010	53.065	125.108	68.391
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(1.317)	-	(2.038)	(1.049)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	120.693	53.065	123.070	67.342
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(22.317)	(23.201)	(29.432)	(24.993)
Aumento do intangível	(652)	(59)	(5.747)	(333)
Venda de imobilizado	5.630	2.237	7.981	2.237
Dividendos recebidos	4.442	12.543	-	-
Aumento de capital em controlada	-	(50)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.897)	(8.530)	(27.198)	(23.089)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-	(1.483)	(331)	(2.415)
Compra de ações de própria emissão	-	(5.705)	-	(5.705)
Novos empréstimos e financiamentos	14.038	28.451	14.112	40.151
Pagamentos de financiamentos	(93.814)	(40.148)	-	(50.794)
Juros pagos	(10.962)	(12.863)	(96.644)	(14.243)
Novos financiamentos - FINAME fabricante	66.975	41.513	66.975	41.513
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante	(70.122)	(86.433)	(70.122)	(86.433)
Juros pagos - Finame Fabricante	(7.948)	(6.783)	(7.948)	(6.783)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(101.833)	(83.451)	(93.958)	(84.709)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	5.963	(38.916)	1.914	(40.456)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	60.671	99.587	101.510	141.588
Perdas cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior	-	-	(914)	378
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	66.634	60.671	102.510	101.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	546.356	507.761	750.788	649.845
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(1.064)	544	(1.064)	(14.530)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.179	-	5.094	-
	548.471	508.305	754.818	635.315
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	(273.403)	(225.898)	(361.692)	(267.128)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(23.358)	(42.457)	(37.584)	(51.290)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(28.102)	(35.530)	(37.315)	(40.205)
	(324.863)	(303.885)	(436.591)	(358.623)
Valor adicionado bruto	223.608	204.420	318.227	276.692
Depreciação e amortização	(23.675)	(27.374)	(30.255)	(34.385)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	199.933	177.046	287.972	242.307
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	5.710	(14.690)	-	-
Receitas financeiras e variação cambial, líquidas	16.905	(3.381)	18.668	(3.783)
Valor adicionado total a distribuir	222.548	158.975	306.640	238.524
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Salários e encargos	110.795	125.616	189.316	200.218
Comissões sobre vendas	4.248	4.506	4.248	4.506
Participações e honorários da Administração	6.718	5.134	6.812	5.228
Participação nos resultados	5.649	-	5.649	-
Planos de previdência privada aberta complementar	685	152	685	152
Impostos, taxas e contribuições	41.635	43.771	42.715	44.939
Juros	12.926	15.999	14.840	19.458
Aluguéis	2.230	3.492	4.421	3.492
Juros sobre o capital próprio já distribuídos	5.029	-	5.029	-
Dividendos declarados e ainda não distribuídos	3.916	-	3.916	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	292	226
Lucros retidos (prejuízo do exercício)	28.717	(39.695)	28.717	(39.695)
Valor adicionado distribuído	222.548	158.975	306.640	238.524

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações.

1 Informações gerais

A Indústrias Romi S.A. ("Controladora"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo e suas controladas (conjuntamente "Companhia") tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros.

O parque industrial da Companhia é formado por onze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de máquinas-ferramenta especiais de grande porte. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 6 de fevereiro de 2018.

2 Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

A Administração da Companhia reavaliou o seu critério de classificação dos instrumentos financeiros ativos e que funcionam como garantia de operações de financiamento e concluiu que a melhor apresentação desses ativos seria como Aplicações Financeiras e não mais como Caixa e Equivalentes de Caixa. Desta forma, os valores que atendem aos critérios supramencionados foram classificados como Aplicações financeiras nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o período comparativo foi reclassificado para permitir uma melhor comparabilidade entre eles.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras, individual e consolidado, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.23.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

(a) Controladora:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta especifica do patrimônio líquido, denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”. Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.11).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

(b) Consolidado

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R$) na data do fechamento.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

2.5 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros. No caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 3), duplicatas a receber (Nota 4), valores a receber – repasse Finame Fabricante (Nota 5), outros créditos, partes relacionadas (Nota 8) e depósitos judiciais. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(b) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Tais evidências contemplam o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Duplicatas a receber

As duplicatas a receber de clientes correspondem, substancialmente, aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as duplicatas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As duplicatas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros reduzido das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

2.7 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.10 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.11).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quando aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída – ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.
Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação.

As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17).

2.17 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.20 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

(a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à

transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda. A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.21 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade provável de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

2.22 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.23 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.

(b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza

eventuais perdas (i*mpairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.11).

(c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.7.

(d) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (b).

(e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.15), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.21).

(f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

2.24 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Em 2017, a Companhia avaliou o impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis, mas que podem estar sujeitas a mudanças em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A aplicação será exigida para exercício com início em 1º de janeiro de 2018, e será adotado o método conhecido como efeito cumulativo.

- Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento na adoção da IFRS 15 não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.
- Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a adoção da IFRS 15 não terá impacto significativo na receita e no resultado da Companhia.

(i) Contraprestação variável:

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/ produtividade, no entanto, de início e com base no histórico a Companhia não visualiza impacto significativo, em 31 de dezembro de 2017, dessa contribuição variável.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

De acordo com a IFRS 15, em Máquinas Romi, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas há componente de financiamento, pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprio da Companhia, e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina (nota fiscal). Desta forma, a Companhia estima que na adoção inicial da IFRS 15, não haveria impacto significativo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

(iv) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas às demonstrações financeiras sejam expandidas devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho. Além disso, conforme exigido pela IFRS 15, a Companhia desagregará as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem como a natureza, o montante, a época e a incerteza das receitas e dos fluxos de caixa são afetados por fatores econômicos. Também divulgará informações sobre a relação entre a divulgação de receita desagregada e as informações de receita divulgadas para cada segmento passível de divulgação em relatório.

Transferências de Propriedade para Investimento – Alterações à IAS 40

As alterações esclarecem em que momento uma entidade deve transferir propriedades, incluindo construções em andamento ou incorporações, para propriedades de investimento, e quando deve retirá-las. As alterações indicam que uma mudança na utilização ocorre quando a propriedade se enquadra ou deixa de se enquadrar na definição de propriedade para investimento e há evidências da mudança em sua utilização. Uma mera mudança nas intenções da Administração para o uso de uma propriedade não evidencia uma mudança na utilização. As entidades devem aplicar as alterações prospectivamente às mudanças de utilização, que ocorrem a partir do início do período de apresentação de relatório anual em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Uma entidade deve reavaliar a classificação do imóvel detido na referida data e, se for o caso, reclassificar a propriedade para refletir as condições existentes naquela data. Com vigência para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia aplicará as alterações quando entrarem em vigor. A Companhia não espera nenhum efeito em suas demonstrações financeiras.

IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A nova norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17- "Arrendamento mercantil" e interpretações. A administração está avaliando os impactos da sua adoção.

2.25 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e depósitos em conta corrente	2.899	3.474	14.545	19.594
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	10.839	25.854	29.380	43.431
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	19.445	21.435	19.442	23.491
Fundos de investimento DI e renda fixa	34.774	7.913	34.774	7.913
Aplicações financeiras em moeda estrangeira - US$ (Timedeposit)	1.819	1.955	7.511	7.025
Outros	30	40	30	56
Total de caixa e equivalente de caixa	69.806	60.671	105.682	101.510
Certificado de depósito bancário "CDB" (b)	13.670	17.841	13.670	17.841
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (b)	-	2.990	-	2.990
Total de títulos mantidos para negociação	13.670	20.831	13.670	20.831

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(b) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI e estão dadas em garantias a compromissos assumidos.

4 Duplicatas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante				
Clientes no país	63.443	59.169	64.243	59.170
Clientes no exterior	8.017	3.601	61.283	40.473
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(1.101)	(2.543)	(5.223)	(5.427)
	70.359	60.227	120.303	94.216
Não circulante				
Clientes no país	8.399	10.959	8.399	10.959
Clientes no exterior	2.912	1.268	2.912	1.268
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(1)	(231)	(1)	(231)
	11.310	11.996	11.310	11.996

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	**31 de dezembro de 2016**	**31 de dezembro de 2017**	**31 de dezembro de 2016**
Valores a vencer	56.453	50.792	97.023	75.096
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.203	6.742	14.073	12.609
De 31 a 60 dias	1.371	378	2.745	1.796
De 61 a 90 dias	662	76	1.182	793
De 91 a 180 dias	816	469	2.259	965
De 181 a 360 dias	1.201	677	1.527	2.013
Mais de 360 dias	2.754	3.636	6.717	6.371
	15.007	11.978	28.503	24.547
Total	71.460	62.770	125.526	99.643
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(1.101)	(2.543)	(5.223)	(5.427)
Total circulante	70.359	60.227	120.303	94.216

Em 31 de dezembro de 2017, contas a receber de clientes no valor de R$ 13.907 (2016 – R$ 9.435 - Controladora) e R$ 23.281 (2016 – R$ 19.120 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui a garantias reais.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2017, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2019	9.071
2020	2.148
2021	88
Acima de 2021	4
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(1)
Total - não circulante	11.310

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Saldo em 1º de janeiro	2.774	3.054	5.658	8.443
Créditos reconhecidos no exercício	4.358	454	4.589	808
Créditos baixados definitivamente da posição	(6.030)	(734)	(6.419)	(2.530)
Variação cambial	-	-	1.396	(1.063)
Saldo em 31 de dezembro	1.102	2.774	5.224	5.658

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As demais contas a receber do balanço não contêm ativos *impaired*.

5 Valores a receber - repasse FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	**31 de dezembro de 2016**
Circulante		
FINAME a vencer	60.903	74.828
FINAME aguardando liberação (a)	1.635	339
FINAME em atraso (b)	36.174	39.622
	98.712	114.789
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(10.598)	(12.433)
	88.114	102.356
Não circulante		
FINAME a vencer	73.862	67.073
FINAME aguardando liberação (a)	6.540	1.357
	80.402	68.430
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(583)	(1.107)
	79.819	67.323
Total	167.933	169.679

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 13), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

FINAME fabricante é uma linha utilizada pela Romi com prazos até 48 meses, incluindo carência de até 3 meses com custo estimado de 13,1% ao ano, obedecendo as condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento.

Adicionalmente, considera-se para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente.

A diferença entre os valores a receber – repasse FINAME Fabricante e a pagar, são representados por:

(a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.

(b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber.

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de “Outros créditos”, aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R$ 1.699 (R$ 4.015 em 31 de dezembro de 2016) no ativo circulante, e R$ 10.404 (R$ 8.246 em 31 de dezembro de 2016) no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	**31 de dezembro de 2016**
Valores a vencer	62.538	75.167
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.496	2.070
De 31 a 60 dias	1.082	1.292
De 61 a 90 dias	885	1.346
De 91 a 180 dias	2.718	3.633
De 181 a 360 dias	4.579	5.295
Mais de 360 dias	25.414	25.986
	36.174	39.622
Total - Circulante	98.712	114.789

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2019	39.937
2020	25.415
2021 e após	15.050
Total - não circulante	80.402

A movimentação das estimativas para perdas de créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2017	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2016
Saldo inicial	13.540	14.332
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	(2.359)	(792)
Saldo final	11.181	13.540

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Produtos acabados	27.389	38.077	56.620	70.462
Máquinas usadas	16.501	22.939	16.501	22.939
Produtos em elaboração	57.515	62.146	88.709	94.964
Matéria prima e componentes	58.806	57.487	77.499	74.656
Importações em andamento	2.306	1.566	2.562	1.566
Total	162.517	182.215	241.891	264.587

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2017, estão líquidos dos montantes de R$ 33.911 e R$ 35.325, respectivamente (R$ 43.095 controladora e R$ 46.515 consolidado em 31 de dezembro de 2016, respectivamente) referente à perda para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização.

A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2017	43.095	46.515
Estoques vendidos ou baixados	(30.577)	(30.637)
Constituição de perdas	9.207	9.359
Variação cambial	-	(2.098)
Transferência de perdas advinda de máquinas apreendidas no exercício	12.186	12.186
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.911	35.325

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Produtos acabados	1.852	2.894	3.266	6.314
Máquinas usadas	14.542	19.565	14.542	19.565
Produtos em elaboração	4.520	5.602	4.520	5.602
Matéria prima e componentes	12.997	15.034	12.997	15.034
Total	33.911	43.095	35.325	46.515

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R$ 340.111 (2016 - R$ 370.025) na Controladora e R$ 483.236 (2016 - R$ 469.921) no Consolidado.

7 Investimentos em controladas e coligadas

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

	Controlada	País	Objetivo principal
1.	Romi Itália S.r.l. (“Romi Itália”)	Itália	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France SAS	França	
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	
2.	Romi Europa GmbH (“Romi Europa”)	Alemanha	
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”)	Alemanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shangai) Co., Ltd	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
2.1.2	Burkhardt + Weber LLC	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. (“Rominor”)	Brasil	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.
4.	Romi Machine Tools, Ltd. (“Romi Machine Tools”)	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. (anteriormente denominada Romi Empreendimentos).	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
6.	Romi A.L. S.A. (“Romi A.L.”)	Uruguai	Representação comercial para operações no mercado externo.
7.	Irsa Maquinas Mexico S. de R. L. de C.V. (anteriormente denominada Sandretto México).	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.

	31 de dezembro de 2017							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	42.934	87.345	21.742	13.049	2.405	6.138	5.049	
Ativo não circulante	6.443	112.038	522	145	-	-	63	
Passivo circulante	31.650	62.507	167	13.858	-	1	4.438	
Passivo não circulante	11.453	35.205	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	6.274	101.671	22.097	(664)	2.405	6.137	674	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2016	5.566	85.025	21.093	1.530	2.423	5.747	1.121	122.505
Variação cambial sobre investimentos no exterior	505	12.593	-	(57)	-	(163)	412	13.290
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(4.442)	-	-	-	-	(4.442)
Resultado de participações societárias	203	4.053	3.915	(2.137)	(18)	553	(859)	5.710
Valor patrimonial equivalente - saldo final	**6.274**	**101.671**	**20.566**	**(664)**	**2.405**	**6.137**	**674**	**137.063**
Investimento em controladas	6.274	101.671	20.566	-	2.405	6.137	674	137.727
Provisão para passivo a descoberto - controladas	-	-	-	(664)	-	-	-	(664)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações;

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada nas seguintes datas: (i) pela Assembleia Geral Ordinária de 7 de fevereiro de 2017, no valor de R$ 1.643, referente ao 2º semestre de 2016, (ii) pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de julho de 2017, no valor de R$ 3.130, referente ao 1º semestre de 2017. A Companhia recebeu, dessas distribuições, o montante de R$ 4.442 (R$ 1.529 referente à 2016, como complemento dos dividendos mínimos obrigatórios e R$ 2.913, em 2017, como dividendos intermediários).

	31 de dezembro de 2016							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	35.190	83.077	19.971	14.020	2.423	5.748	5.892	
Ativo não circulante	5.926	93.645	2.984	318	-	-	-	
Passivo circulante	25.162	57.515	292	12.808	-	1	4.771	
Passivo não circulante	10.388	34.182	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	5.566	85.025	22.663	1.530	2.423	5.747	1.121	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2015	14.458	114.883	30.567	5.277	(4)	6.252	1.230	172.663
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(2.954)	(20.507)	-	(608)	-	(1.060)	(228)	(25.357)
Aumento de capital (b)	-	-	-	-	2.432	-	-	2.432
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(12.543)	-	-	-	-	(12.543)
Resultado de participações societárias	(5.938)	(9.351)	3.069	(3.139)	(5)	555	119	(14.690)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	**5.566**	**85.025**	**21.093**	**1.530**	**2.423**	**5.747**	**1.121**	**122.505**
Investimento em controladas	5.566	85.025	21.093	1.530	2.423	5.747	1.121	122.505

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações;

(b) Em Reunião realizada pelo Conselho de Administração, em 14 de junho de 2016, foi aprovado o aumento de capital da subsidiária Romi Empreendimentos Imobiliários S.A. no montante de R$ 2.432. O aumento de capital foi realizado pela capitalização de ativos, avaliados pelo valor contábil, à quantia de R$ 2.382 e R$ 50 integralizados em dinheiro.

(c) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada nas seguintes datas: (i) pela Assembleia Geral Ordinária de 21 de março de 2016, no valor de R$ 13.485, referente ao exercício de 2015, (ii) pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de julho de 2016, no valor de R$ 1.654, referente ao 1º semestre de 2016. A Companhia recebeu, dessas distribuições, o montante de R$ 12.551 (R$ 1.549 em 2015, como complemento dos dividendos mínimos obrigatórios e R$ 11.002, em 2016, como dividendos adicionais) e R$ 1.540, respectivamente.

	31 de dezembro de 2017						
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq México (7)
Investimentos:							
Participação do capital social	100%	100%	93,07%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) antes do IR / CSLL	211	7.268	5.292	(2.137)	(17)	553	(929)
Despesa de IR / CSLL	(8)	(3.215)	(1.087)	-	(1)	-	70
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	203	4.053	4.205	(2.137)	(18)	553	(859)
Participação da Controladora no lucro líquido (prejuízo) do exercício	203	4.053	3.915	(2.137)	(18)	553	(859)
Total do resultado abrangente							
Outros resultados abrangentes	(207)	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(4)	4.053	3.915	(2.137)	(18)	553	(859)
Dividendos pagos à participação de não controladores	-	-	331	-	-	-	-
Dividendos recebidos de controlada	-	-	4.442	-	-	-	-

	31 de dezembro de 2016						
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq México (7)
Investimentos:							
Participação do capital social	100%	100%	93,07%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) antes do IR / CSLL	(5.938)	(11.668)	4.384	(3.139)	(4)	555	157
Despesa de IR / CSLL	-	2.317	(1.087)	-	(1)	-	(38)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.938)	(9.351)	3.297	(3.139)	(5)	555	119
Participação da Controladora no lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.938)	(9.351)	3.069	(3.139)	(5)	555	119
Total do resultado abrangente							
Outros resultados abrangentes	(990)	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(6.928)	(9.351)	3.069	(3.139)	(5)	555	119
Dividendos pagos à participação de não controladores	-	-	932	-	-	-	-
Dividendos recebidos de controlada	-	-	12.543	-	-	-	-

8 Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) Saldos Patrimoniais - Controladora

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Controladas diretas				
Romi Europa	3.217	4.553	175	168
Romi Itália	5.648	2.273	-	-
Romi Machine Tools	12.944	12.326	-	-
Romi A.L.	-	-	603	566
Irsa Máquinas México	3.335	2.663	-	-
Rominor	4	3	-	24
Controladas indiretas				
B+W - Burkhardt+Weber	173	337	-	-
Romi France S.A.S.	5.855	2.986	-	-
Romi Máquinas España S.A.	2.896	1.578	-	-
Romi Machines UK	7.980	9.847	-	-
Total	42.052	36.566	778	758

(ii) Transações

	Receita de venda de produtos		Resultado operacional e financeiro	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Romi Europa	3.194	3.850	1.305	1.194
Rominor	16	15	-	287
Romi Itália	7.607	4.434	329	42
Romi Machine Tools	7.101	9.144	-	-
Romi France S.A.S.	3.518	5.790	-	-
Romi A.L.	-	-	622	645
Romi Machines UK	6.167	11.488	-	-
Irsa Máquinas México	1.059	1.804	-	-
Romi Empreendimentos	-	-	-	(2)
B+W - Burkhardt + Weber	1.110	672	-	-
Romi Máquinas Espãna	982	2.127	-	-
Total	30.754	39.324	2.256	2.166

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas.

A controlada Rominor é garantidora de parte das operações de FINAME Fabricante, efetuadas pela controladora através da emissão de notas promissórias e avais (Nota 13). A Companhia possuía contratos de aluguel de imóveis com a sua controlada Rominor, os quais foram rescindidos em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração. Os títulos são vencíveis a curto prazo.

A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita do exercício de 2017 foi de R$ 152 (2016 – R$ 185).

A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotoria de Justiça. As doações do exercício de 2017 totalizaram R$ 895 (2016 – R$ 849).

As remunerações dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são como seguem:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Honorários e encargos	4.933	4.769
Participação nos resultados	1.394	-
Plano de previdência privada	209	214
Assistência médica	182	151
Controladora	6.718	5.134
Honorários e encargos das empresas controladas	97	96
Consolidado	6.815	5.230

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de março de 2017.

9 Propriedades de investimento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia decidiu com base na conclusão dos trabalhos de revisão e adequação da averbação das matrículas das suas propriedades, assim como nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazos, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedades para investimentos são de R$ 13.500 (R$ 13.227 – em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R$ 18.602 (R$ 17.538 – em 31 de dezembro de 2016) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R$ 51.357 na controladora e R$ 147.194 no consolidado.

Em 13 de junho de 2017, por meio de sua subsidiária ROMINOR Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor"), da qual a Controladora detém 93,07% das ações, celebrou Contrato de Promessa de Venda e Compra de Imóvel com terceiros, cujo objeto foi a venda do imóvel (terreno com edificação) de propriedade da Rominor, com área total de 1.540m², localizado na Rua Brasílio Iberê, nº 2.195, Bairro Rebouças, Cidade de Curitiba (PR), pelo valor de R$ 2.350. Até a data-base desta publicação foi recebido o valor de R$ 1.550, o restante do valor está classificado na rubrica de duplicatas a receber no curto prazo. O resultado da venda foi classificado na linha de outras receitas operacionais, com impacto de R$ 1.888 no resultado operacional e 1.821 no lucro líquido.

10 Imobilizado

A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

									Controladora
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos e estimativas de perdas	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.220	186.815	257.490	8.453	3.021	26.282	1.362	333	487.976
Adições	-	6	3.600	189	486	1.290	7.968	9.663	23.201
Baixas	(167)	(803)	(9.034)	(112)	(34)	(8)	(109)	(60)	(10.326)
Transferências	-	844	5.452	-	-	(712)	3.367	(9.663)	(711)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.053	186.862	257.507	8.530	3.473	26.852	12.588	273	500.139
Adições	-	576	6.925	24	109	329	13.842	512	22.317
Baixas	-	-	(4.469)	(192)	(25)	(1.162)	(275)	-	(6.123)
Transferências	-	1.881	4.477	-	-	-	(5.763)	(868)	(273)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.053	189.319	264.440	8.362	3.557	26.019	20.392	(83)	516.060
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	76.243	177.642	7.209	2.545	24.403	-	-	288.042
Depreciação									-
Baixas	-	9.090	16.265	364	161	1.008	-	-	26.891
Transferências	-	(798)	(7.566)	(110)	(34)	(8)	-	-	(8.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	84.536	186.341	7.463	2.673	25.403	-	-	306.417
Depreciação	-	9.188	13.132	267	223	578	-	-	23.388
Baixas			(3.221)	(190)	(25)	(1.161)	-	-	(4.597)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	93.724	196.252	7.540	2.871	24.820	-	-	325.208
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-	
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.220	110.572	79.848	1.244	476	1.879	1.362	333	199.934
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.053	102.326	71.166	1.067	800	1.449	12.588	273	193.721
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.053	95.595	68.188	822	686	1.199	20.392	(83)	190.852

									Consolidado
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos e estimativas de perdas	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	24.113	232.753	291.735	16.554	4.303	30.184	1.362	333	601.338
Adições	-	6	4.373	818	665	1.500	7.968	9.663	24.993
Baixas	(167)	(803)	(9.332)	(112)	(79)	(13)	(109)	(60)	(10.675)
Transferências	(614)	552	5.452	-	-	(712)	3.367	(9.663)	(1.618)
Variação cambial	(2.056)	(8.505)	(4.763)	184	(130)	(357)	-	-	(15.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.276	224.003	287.466	17.445	4.759	30.601	12.588	273	598.411
Adições	-	873	7.902	583	176	682	18.704	512	29.432
Baixas	-	-	(4.470)	(218)	(113)	(1.449)	(1.229)	-	(7.480)
Transferências	(885)	1.715	4.477	-	-	-	(5.763)	(868)	(1.323)
Variação cambial	2.518	3.687	1.336	651	56	97	183	-	8.526
							-		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.909	230.278	296.711	18.460	4.878	29.930	24.483	(83)	627.566
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	84.326	197.287	11.388	3.177	27.350	-	-	323.529
Adições		10.185	18.773	1.289	327	1.377			31.952
Baixas		(798)	(7.566)	(110)	(51)	(8)			(8.534)
Variação cambial		(135)	(273)	(101)	(17)	(42)			(568)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	93.579	208.221	12.465	3.436	28.677	-	-	346.378
Adições		9.861	15.391	1.155	425	863			27.696
Baixas		-	(3.221)	(190)	(92)	(1.405)			(4.909)
Variação cambial		110	225	88	12	27			462
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	103.550	220.616	13.518	3.781	28.161	-	-	369.627
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-	
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	24.113	148.427	94.448	5.166	1.126	2.834	1.362	333	277.809
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.276	130.424	79.245	4.980	1.323	1.924	12.588	273	252.033
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.909	126.728	76.095	4.942	1.097	1.769	24.483	(83)	257.939

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, o montante de R$ 77.920 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 168.228 em 31 de dezembro de 2016) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, instalações, máquinas e equipamentos.

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável dos ativos de vida longa, e como resultado, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi identificada.

O montante de R$ 23.388 (2016 - R$ 26.891) referente à despesa de depreciação, R$ 18.866 (2016 - R$ 21.855) foi reconhecido no resultado em " Custo dos produtos e serviços vendidos ", R$ 1.132 (2016 - R$ 1.181) em "Despesas com vendas", R$ 3.546 (2016 - R$ 3.808) em "Despesas gerais e administrativas" e R$156 (2016 - R$ 46) em “Pesquisa e desenvolvimento” - Controladora.

O montante de R$ 23.388 (2016 - R$ 31.952) referente à despesa de depreciação, R$ 17.998 (2016 - R$ 25.776) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos ", R$ 1.688 (2016 - R$ 2.322) em "Despesas com vendas", R$ 3.546 (2016 - R$ 3.808) em "Despesas gerais e administrativas" e R$ 156 (2016 - R$ 46) em “Pesquisa e desenvolvimento” – Consolidado.

11 Intangível

A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora				Consolidado						
Custo bruto	**Cessão de direitos**	**Tecnologia**	**Outros**	**Total**	**Cessão de direitos**	**Tecnologia**	**Relacionamento com o cliente**	**Carteira de clientes**	**Marca**	**Outros**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2016	3.417	-	4.403	7.820	3.417	20.745	20.673	3.576	22.340	4.403	75.153
Adições	-	-	59	59	-	274	-	-	-	59	333
Variação cambial	-	-	-	-	-	(4.078)	(3.946)	(683)	(4.264)	-	(12.971)
Transferências	-	-	736	736	-	-	-	-	-	736	736
Baixas	-	-	-	-	-	(457)	-	-	-	-	(457)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.417	-	5.198	8.615	3.417	16.484	16.727	2.893	18.076	5.198	62.794
Adições	-	497	155	652	-	4.959	-	-	-	787	5.747
Variação cambial	-	-	-	-	-	2.541	2.579	446	2.786	561	8.913
Transferências	-	437	(437)	-	-	437	-	-		(437)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.417	934	4.916	9.267	3.417	24.421	19.306	3.339	20.862	6.109	77.454
Amortização acumulada											
Saldo em 1º de janeiro de 2016	3.166	-	4.181	7.347	3.166	4.815	4.048	3.576	-	4.181	19.786
Amortização	251	-	234	485	251	1.010	938	-	-	234	2.433
Variação cambial	-	-	-	-	-	(736)	(876)	(683)	-	-	(2.295)
Transferências	-	-	24	24	-	-	-	-	-	24	24
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.417	-	4.439	7.856	3.417	5.089	4.110	2.893	-	4.439	19.948
Amortização	-	75	212	287	-	1.039	964	-	-	557	2.560
Variação cambial	-	-	-	-	-	1.692	635	446	-	-	2.773
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.417	75	4.651	8.143	3.417	7.820	5.709	3.339	-	4.996	25.280
Vidas úteis	5 anos (i)	5 anos	5 anos		5 anos	5 anos	5 anos	1 ano	Indefinida	5 anos	
Intangível líquido											
Saldo em 1º de janeiro de 2016	251	-	222	473	251	15.930	16.625	-	22.340	222	55.368
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	759	759	-	11.395	12.617	-	18.076	759	42.847
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	859	265	1.124	-	16.601	13.597	-	20.862	1.113	52.174

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme Gmbh) através de sua Controlada direita Romi Europa Gmbh. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características:

(a) tecnologia: refere-se ao "know-how" dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto;

(b) carteira de clientes: Referem-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição.

(c) relacionamento com o cliente: refere-se aos diretos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro.

De acordo com a avaliação da administração com apoio de seus consultores, através da aplicação de procedimentos aplicáveis para mensuração da vida útil das marcas, concluiu-se que o prazo é indefinido e portanto a marca é testada anualmente para fins de "*impairment*" de acordo com as regras contábeis aplicáveis.

O montante de R$ 287 (2016 - R$ 485) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R$ 2.560 (2016 - R$ 2.433) referente à despesa de amortização, R$ 1.464 (2016 – R$ 2.182) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$ 969 (2016 – R$ 251) foi reconhecido no resultado em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado.

O montante de R$ 4.959 (2016 – 274) refere-se a gastos com o desenvolvimento de um novo equipamento e tecnologia realizados pela subsidiária alemã B+W.

Teste do valor recuperável (*impairment*)

O teste de *impairment* é realizado considerando cada Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), que são as mesmas dos segmentos reportados (Nota 20) – Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados.

Os cálculos de valor recuperável de cada UGC usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do imposto de renda e da contribuição social, de dez anos, que representa a vida útil econômica dos ativos, trazidos ao valor presente pela taxa real de 11,7%. Para os cinco anos subsequentes, as taxas de crescimento e de inflação estão em linha com as projeções macroecômicas de instituições financeiras com relevante participação no mercado brasileiro.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

12 Financiamentos

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante						
	2017	2016	2017	2016	Vencimento	Amortizaçao do principal	Encargos financeiros	Garantia	Total
Financiamentos de exportação (a)	40.098	66.327	-	38.142	17/12/2018	Parcela única/Mensal com carência de 13 meses	Taxas 11,00% a.a. (pré-fixado) e 50% (4,26% e 4,71%a.a. + SELIC) + 50% (4,00% e 4,45%a.a. + TJLP)	Nota promissória/Fiança-Aval Rominor	40.098
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI (b1 e b2)	9.233	6.140	28.017	37.188	16/01/2023	Trimestral/Mensal	Taxas de 3,00% a 4,00% a.a	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos	37.250
Imobilizado - moeda nacional	-	11.882	-	-	16/11/2017	Mensal	TJLP + Juros de 1,63% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos	-
FINAME diversos	2.303	2.954	4.615	5.328	15/01/2024	Trimestral/Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória	6.918
Financiamento à Importação (FINIMP)	14.533	3.878	-	-	30/11/2018	Parcela única	Juros de 3,52% a 6,25% a.a. + Variação Cambial	Clean / Aval Rominor	14.533
Finep URTJ-01 (c)	5.079	5.040	2.116	7.103	15/05/2019	Mensal	TJLP + 5,00% a.a. - Deduzido 6,00%	Fiança Bancária	7.195
Controladora	**71.246**	**96.221**	**34.748**	**87.761**					**105.994**
Capital de Giro	2.924	3.214	-	-	16/02/2017	Parcela única	3,75%a.a. + 3,50%a.a.	Standby Indústrias Romi S.A.	2.924
Burkhardt + Weber (B+W) - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (d)	-	-	12.318	12.577	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)	12.318
Consolidado	**74.170**	**99.435**	**47.066**	**100.338**					**121.236**

(a) A Companhia captou R$ 45.381 através do contrato de financiamento firmado com o BNDES, pelo programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI (sendo duas operações de agosto de 2015 fora do PSI). O valor das contratações, liberações e taxas de financiamento estão demonstradas no quadro abaixo. A Companhia se obriga a exportar, até a data de liquidação do contrato o equivalente a US$ 21.429, sendo que até 31 de dezembro de 2017 foram exportados US$ 8.367. A garantia do empréstimo se dá através de Nota Promissória/Aval da sua subsidiária Rominor. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual da Companhia correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

Valor da contratação	Data de liberação	Vencimento	Taxa de financiamento
9.460	ago/15	ago/18	50% (4,26% a.a. + SELIC) 50% (4,00% a.a. + TJLP)
15.916	ago/15	ago/18	50% (4,71% a.a. + SELIC) 50% (4,45% a.a. + TJLP)
20.005	dez/15	dez/18	11,00% a.a. (pré-fixado)
45.381			

(b1) Em junho de 2013 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R$ 27.762 divididos em quatro subcréditos, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos, produção de protótipos nacionais, aquisição de maquinário nacional e expansão da capacidade produtiva das plantas de usinagem, com taxas variando entre 3,0% e 3,5%, com carência de 05 a 24 meses e prazo de pagamento de 83 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants:

(i) Índice de Capitalização: (Patrimônio Líquido Consolidado / Ativo Total Consolidado) maior ou igual a 0,30
(ii) Índice de Distribuição de Resultados: (dividendos + JSCP / Lucro Líquido do Exercício) limitado a 0,25

(b2) Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R$ 35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants:

(i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 0,40
(ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / Passivo Total) menor ou igual a 0,25

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas dos itens (b1) e (b2) acima.

(c) Contrato firmado entre a Companhia e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 15 de maio de 2014, para desenvolvimento do sistema piloto de manufatura flexível para usinagem de carcaças de máquinas-ferramenta com objetivo de redução de tempos de set-up e de usinagem, reduzindo tempo de entrega de seus produtos.

(d) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante de R$ 9.361 (equivalente a € 3,6 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas a pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2019	12.786	13.234
2020	8.474	20.344
2021	6.403	6.403
2022	6.140	6.140
2023 e após	945	945
Total	34.748	47.066

13 Financiamentos - FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
FINAME Fabricante	55.463	67.177
Não circulante		
FINAME Fabricante	72.770	62.953
Total	128.233	130.130

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como

repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém, permanece como a principal devedora dessa operação.

Os saldos da rubrica "Financiamentos – FINAME fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber – repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R$ 39.700 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 39.549 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2019	36.798
2020	23.164
2021	12.693
2022 e após	115
Total	72.770

O valor justo dos empréstimos é igual ao seu valor de custo contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

14 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	**31 de dezembro de 2016**	**31 de dezembro de 2017**	**31 de dezembro de 2016**
Fiscais	53.805	51.278	54.598	51.965
Cíveis	1.986	2.177	1.986	2.380
Trabalhistas	3.383	4.204	3.383	4.513
(-) Depósitos judiciais / outros créditos	(53.399)	(50.565)	(53.399)	(50.565)
Total	5.775	7.094	6.568	8.293
Passivo circulante	5.007	6.381	5.007	6.373
Passivo não circulante	768	713	1.561	1.920
	5.775	7.094	6.568	8.293

O saldo de processos judiciais registrado no passivo circulante esta demostrado nas rubricas de "Salários e encargos sociais" e "Outros contas a pagar".

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2017	**31 de dezembro de 2016**
Fiscais		
Compensação de IRPJ 2002 e 2003	1.267	1.267
Excesso de IRPJ e CSLL sobre JCP	31.341	30.743
Cíveis		
Perdas e danos	3.270	4.368
Trabalhistas	3.302	562
Total	39.180	36.940

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2016	Adições	Utilizações / reversões	Atualização monetária	31 de dezembro de 2017
Fiscais	51.278	3.204	(696)	19	53.805
Cíveis	2.177	13	(106)	(98)	1.986
Trabalhistas	4.204	1.283	(2.848)	744	3.383
(-) Depósitos judiciais / outros créditos	(50.565)	(2.834)	-	-	(53.399)
Total Controladora	**7.094**	**1.666**	**(3.650)**	**665**	**5.775**
Processo em subsidiárias	1.199	-	(526)	120	793
Total Consolidado	**8.293**	**1.666**	**(4.176)**	**785**	**6.568**

(a) Processos fiscais

Corresponde a obrigações legais relativas a:

(i) PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R$ 9.585 (R$ 9.020 em 31 de dezembro de 2016) e R$44.151 (R$ 39.532 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente.

Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questiona a constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, submetido ao rito da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acordão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) erro material quanto à análise dos conceitos de receita bruta e receita liquida trazidos pela Lei nº 6.404/76; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser excluído (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como no procedimento de exclusão futura; e (iii) a modulação dos efeitos do julgamento. A apreciação dos embargos de declaração pelo STF, aos quais podem ser atribuídos efeitos infringentes (modificativos) e a respectiva publicação do trânsito em julgado até a data desse relatório encontravam-se pendentes. Diante da atual situação de incertezas em relação ao desfecho final do assunto, a Administração possui o entendimento que não é possível concluir em relação ao direito do contribuinte aos créditos, nem mesmo proceder de maneira definitiva a mensuração dos valores, motivos que resultaram na decisão de não refletir quaisquer ganhos dessa

ação nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado nas demonstrações financeiras como contas a pagar para riscos fiscais, no passivo não circulante, era de R$53.736, sendo que a Companhia realizou depósitos judiciais para essa ação, que nessa mesma data-base, somavam R$ 46.741. No momento em que houver a decisão definitiva favorável aos contribuintes e a sua mensuração possível, a Companhia realizará os cálculos de atualização monetária desses valores e o respectivo reconhecimento será efetuado no resultado exercício. Caso a decisão definitiva seja desfavorável aos contribuintes, a Companhia, pelo fato de ter optado em realizar depósitos judiciais para esta ação não terá impactos materiais no lucro líquido.

Na data-base desse relatório, a melhor estimativa da Administração para o montante corrigido monetariamente dessa causa era de R$87.600, sendo R$ 81.218 em depósito judicial e R$6.656 em créditos tributários.

(ii) Demais processos tributários somam R$ 70 (R$ 713 em 31 de dezembro de 2016).

O êxito obtido no processo judicial em que figuram como autoras a Companhia e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). A Companhia protocolou em 6 de setembro de 2017 o pedido de habilitação do respectivo crédito perante a Receita Federal e aguarda à análise e deferimento de tal órgão, observando-se que o crédito poderá ser compensado com tributos federais de exercícios futuros. A Companhia estima, com base em cálculos preliminares, que o referido crédito, atualizado pelos índices de correção monetária reconhecidos pelos tribunais, corresponde a aproximadamente R$ 44 milhões, antes dos tributos incidentes, cujo impacto no lucro líquido estima-se em aproximadamente R$ 30 milhões.

(b) Processos cíveis

Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

(c) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

(d) Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R$ 48.799 (2016 – R$ 48.588), dos quais R$ 46.741 (2016 - R$ 46.473) refere-se ao PIS e a COFINS sobre o ICMS de vendas conforme item (a) (i) e os demais depósitos são de diversas naturezas e classificados no ativo não circulante.

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$ 240 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pela controlada Rominor, para qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido.

A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	51.491	(47.257)	55.093	48.217
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(17.507)	16.067	(18.732)	16.394
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto em controlada	1.941	(4.995)	-	-
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(1.265)	(4.738)
Transfer price	(2.118)	(3.047)	(2.118)	(3.047)
Pesquisa e desenvolvimento	2.544	-	2.544	-
Outras adições (exclusões), líquidas	1.310	(463)	2.432	139
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(13.829)	7.562	(17.139)	8.748

(i) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido à controlada Rominor ser optante pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados.

Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Correntes	(7.023)	-	(13.192)	-
Diferidos	(6.806)	7.562	(3.947)	8.748
Total	(13.829)	7.562	(17.139)	8.748

	2017				2016			
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoques – provisão para realização	56.551	9.129	3.290	12.419	47.242	11.801	4.252	16.053
Reintegração de máquinas	2.898	724	261	985	3.861	964	347	1.311
Prejuízo fiscal	68.834	13.785	6.047	19.832	77.549	16.932	6.914	23.846
Investimentos	452	113	41	154	335	84	30	114
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.575	393	142	535	2.026	506	182	688
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	59.174	14.780	489	15.269	56.136	14.022	501	14.523
Comissões condicionadas	814	203	73	276	502	125	45	170
Participação dos administradores	1.551	-	140	140	158	-	14	14
Outras diferenças ativas temporárias	3.587	896	323	1.219	2.685	674	242	916
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladorora e consolidado	**195.436**	**40.023**	**10.806**	**50.829**	**190.494**	**45.108**	**12.527**	**57.635**
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.563	1.025	378	1.403	4.563	1.025	378	1.403
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado	**190.873**	**38.998**	**10.428**	**49.426**	**185.931**	**44.083**	**12.149**	**56.232**
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	10.549	-	10.549	19.029	9.140	-	9.140
Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W)	63.789	19.336	-	19.336	57.385	16.713	-	16.713
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	**82.818**	**29.885**	**-**	**29.885**	**76.414**	**25.853**	**-**	**25.853**

(i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.

(ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor e da Romi Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Ano de realização	
2019	12.523
2020	19.347
2021 e após	17.557
Total	49.426

Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Ativo		Passivo
	Controladora	**Consolidado**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56.232	58.053	25.853
Movimentações do exercício			
Adições	-		758
Realização	(6.806)	(8.829)	(711)
Variação cambial		202	3.985
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.426	49.426	29.885

16 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R$ 492.025 (R$ 492.025 - 2016) é representado por 62.857.647 (62.857.647 - 2016) ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal, todas com os mesmos direitos e vantagens.

Reserva de lucros

a) Reserva legal

O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

b) Reserva de retenção de lucros

Em reunião realizada em 6 de fevereiro de 2018 pelo Conselho de Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estes serão submetidos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 13 de março de 2018. A Proposta prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R$8.945, dos quais R$5.029 já foram distribuídos. O excedente não distribuído (R$26.834) será incorporado ao saldo da reserva, totalizando R$75.332.

Recompra de ações

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de abril de 2015, aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital, nos termos de seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes.

O objetivo da Companhia com o Programa foi maximizar a geração de valor para os seus acionistas, por meio da aplicação de parte de seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucros e

de capital. No âmbito do Programa, que foi concluído em 19 de janeiro de 2016, foram adquiridas 3.100.000 de ações ordinárias de sua própria emissão, pelo valor total de R$ 5.600, sendo o valor médio por ação de R$1,81 (um real e oitenta e um centavo).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de abril de 2016, foi aprovado o cancelamento de 3.100.000 de ações ordinárias, compradas e mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Após o cancelamento, o total de ações ordinárias da Companhia passou a ser de 65.657.647.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 6 de abril de 2016, aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital, nos termos de seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes.

O objetivo da Companhia com o Programa foi maximizar a geração de valor para os seus acionistas, por meio da aplicação de parte de seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucros e de capital. No âmbito do Programa, que foi concluído em 29 de abril de 2016, foram adquiridas 2.800.000 de ações ordinárias de sua própria emissão, pelo valor total de R$ 5.183, sendo o valor médio por ação de R$1,85 (um real e oitenta e cinco centavos).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de agosto de 2016, foi aprovado o cancelamento de 2.800.000 de ações ordinárias, compradas e mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Após o cancelamento, o total de ações ordinárias da Companhia passou a ser de 62.857.647.

Ações em 31 de dezembro de 2015	68.757.647
Ações canceladas em 05 de abril de 2016	(3.100.000)
Ações canceladas em 02 de agosto de 2016	(2.800.000)
Ações em 31 de dezembro de 2017	62.857.647

Dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado	37.662	(39.695)
(-) Constituição de reserva legal	(1.883)	-
Lucro passível de distribuição	35.779	-
Dividendos obrigatórios - 25%	(8.945)	-
Constituição (utilização) de reserva de lucros	26.834	(39.695)

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Controladora e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	37.662	(39.695)
Média ponderada das ações em circulação no exercício em milhares	62.858	65.299
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,60	(0,61)

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato da Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação.

Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações financeiras de suas controladas que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda da controladora. Na demonstração do patrimônio líquido, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado abrangente, esse valor é alocado a "Ajustes de avaliação patrimonial".

Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

17 Plano de previdência privada aberta complementar

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, classificado como Contribuição Definida-CD.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R$ 913 (R$ 1.097 em 31 de dezembro de 2016). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016,

nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

18 Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela administração para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e dos estoques.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R$ 150.844; (ii) máquinas e equipamentos - R$ 322.935; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R$ 208.137; (iv) obras - R$ 14.789; (v) bens em poder de terceiros - R$ 7.177 e (vi) outros – R$1.211.

19 Instrumentos financeiros e riscos operacionais

(a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- Duplicatas a receber e valores a receber – repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 5 e 6.
- Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 13 e 14.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a

política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "*hedge*" natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores.

Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados nas Notas 13 e 14.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Consolidado			
	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Em 31 de dezembro de 2017				
Financiamentos	74.170	13.234	32.887	945
Fornecedores	28.148			
Em 31 de dezembro de 2016				
Financiamentos	99.435	55.362	38.052	6.924
Fornecedores	34.482			

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Total dos financiamentos	234.227	314.112	249.469	329.903
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(66.634)	(60.671)	(102.510)	(101.510)
(-) Aplicações financeiras (Nota 4)	(16.842)	(20.831)	(16.842)	(20.831)
Finame Fabricante a receber (Nota 6)	(167.751)	(169.679)	(167.751)	(169.679)
Dívida líquida	(17.000)	62.931	(37.634)	37.883
Total do patrimônio líquido	641.969	599.962	641.969	601.532
Total do capital	624.969	662.893	604.335	639.415
Índice de alavancagem financeira - %	-2,7%	9,5%	-6,2%	5,9%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

(i) Variações na moeda estrangeira

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no Balanço Patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora
Caixa e equivalentes de caixa	3.133
Duplicatas a receber	12.160
Partes relacionadas a receber	41.943
Partes relacionadas a pagar	(778)
Fornecedores	(6.603)
Outras contas a pagar	(2.683)
Exposição ativa líquida	47.172

A seguir está demonstrada a perda que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	53.998	67.497	80.997

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no Banco Central do Brasil, considerando a cotação média projetada para o ano de 2017. Os cenários II e III consideram uma redução do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(ii) Variações na taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP:

	Controladora	Consolidado
Certificado de depósito bancário "CDB" (Nota 4)	24.509	43.050
Total de empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP	27.244	27.244
Total de empréstimos e financiamentos vinculados a SELIC	20.049	20.049
Exposição ativa líquida	71.802	90.343

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP e à SELIC, líquidos das aplicações financeiras, indexadas ao CDI.

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com os seguintes cenários:

			Controladora
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição passiva líquida	4.814	6.017	7.220

			Consolidado
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição passiva líquida	6.040	7.550	9.060

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, considerando as taxas projetadas para 31 de março de 2017. Os cenários I e II consideram uma redução das taxas de juros em 50% e 25%, respectivamente, e os cenários III e IV consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	66.634	60.671	102.510	101.510
Aplicações financeiras	16.842	20.831	16.842	20.831
Duplicatas a receber	81.669	72.223	131.613	106.212
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	167.933	169.679	167.933	169.679
Partes relacionadas	42.052	36.566	-	-
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	5.426	7.469	7.875	9.348
Depósitos judiciais	2.057	2.115	2.057	2.115
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	105.994	183.982	121.236	199.773
Financiamentos - FINAME fabricante	128.233	130.130	128.233	130.130
Fornecedores	27.405	28.165	33.802	34.482
Outras contas a pagar	5.802	5.713	16.649	14.241
Partes relacionadas	778	758	-	-

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam de seus valores contábeis.

20 Informações por segmento de negócio - consolidado

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os novos segmentos da Companhia:

					31 de dezembo de 2017
	Máquinas Romi	**Máquinas Burkhardt + Weber**	**Fundidos e usinados**	**Eliminações entre segmentos**	**Consolidado**
Receita operacional líquida	292.633	165.980	214.260		672.873
Custo dos produtos e serviços vendidos	(176.602)	(128.925)	(177.708)		(483.236)
Transferências remetidas	5.017	-	16.225	(21.242)	-
Transferências recebidas	(16.225)	-	(5.017)	21.242	-
Lucro bruto	104.822	37.055	47.761	-	189.637
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(49.400)	(12.241)	(6.095)		(67.736)
Gerais e administrativas	(20.667)	(16.790)	(14.686)		(52.143)
Pesquisa e desenvolvimento	(16.772)	-	-		(16.772)
Honorários da Administração	(3.152)	-	(3.663)		(6.815)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.094	-	-		5.094
Lucro operacional antes do resultado financeiro	19.924	8.024	23.317		51.265
Estoques	152.377	66.539	22.975		241.891
Depreciação e amortização	12.445	6.004	11.806		30.255
Imobilizado, líquido	92.008	60.729	105.202		257.939
Intangível	1.124	51.050	-		52.174
	Europa	**América Latina**	**América do Norte**	**Ásia**	**Total**
Receita operacional líquida por região geográfica	166.419	419.110	23.759	63.585	672.873

	31 de dezembo de 2016				
	Máquinas Romi	**Burkhardt + Weber**	**Fundidos e usinados**	**Eliminações entre segmentos**	**Consolidado**
Receita operacional líquida	262.982	114.861	209.074		586.917
Custo dos produtos e serviços vendidos	(181.169)	(96.347)	(192.405)		(469.921)
Transferências remetidas	2.826	-	13.775	(16.601)	-
Transferências recebidas	(13.775)	-	(2.826)	16.601	-
Lucro bruto	70.864	18.514	27.618	-	116.996
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(58.098)	(10.118)	(4.630)		(72.846)
Gerais e administrativas	(32.897)	(17.181)	(14.514)		(64.592)
Pesquisa e desenvolvimento	(19.492)	-	-		(19.492)
Honorários da Administração	(3.047)	-	(2.183)		(5.230)
Outras receitas operacionais, líquidas	730	-	-		730
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(41.940)	(8.786)	6.291		(44.434)
Estoques	185.443	48.564	30.580		264.587
Depreciação e amortização	14.706	6.354	13.324		34.385
Imobilizado, líquido	99.436	51.256	101.341		252.033
Intangível	758	42.088	-		42.846
	Europa	**América Latina**	**América do Norte**	**Ásia**	**Total**
Receita operacional líquida por região geográfica	127.112	397.961	17.889	43.955	586.917

21 Compromissos futuros

Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Como resultado dessa adequação o período de fornecimento da energia elétrica foi estendido por mais dois anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2020, e passou a refletir os seguintes valores os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

Ano de fornecimento	Valor
2018	7.607
2019	8.597
2020	8.597
Total	24.801

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

22 Receita líquida de Vendas

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercado interno	477.847	441.418	479.010	441.523
Mercado externo	68.509	66.343	271.778	208.322
Receita bruta de vendas	546.356	507.761	750.788	649.845
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(77.854)	(62.664)	(77.915)	(62.928)
Receita líquida de vendas	468.502	445.097	672.873	586.917

23 Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Depreciação e amortização	23.675	27.374	30.255	34.385
Despesas com pessoal	123.255	142.584	208.382	210.547
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	245.747	214.007	330.377	308.439
Frete	23.981	21.652	31.060	25.515
Outras despesas	13.223	69.914	26.628	53.195
Total	429.881	475.531	626.702	632.081
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	340.111	370.025	483.236	469.921
Despesas com vendas	39.339	46.751	67.736	72.846
Despesas gerais e administrativas	26.941	34.129	52.143	64.592
Pesquisa e desenvolvimento	16.772	19.492	16.772	19.492
Participação e honorários da Administração	6.718	5.134	6.815	5.230
Total	429.881	475.531	626.702	632.081

24 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	7.464	12.407	9.347	15.004
Juros de duplicatas a receber	6.169	4.827	6.169	4.827
Outros	171	396	305	942
Total	13.805	17.630	15.822	20.773
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(11.974)	(15.161)	(13.886)	(18.620)
Outras	(952)	(838)	(954)	(838)
	(12.926)	(15.999)	(14.840)	(19.458)

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Resultado da venda de ativos	4.486	242	6.577	242
Outros	(1.307)	1.007	(1.483)	488
	3.179	1.249	5.094	730

* * *

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

O ano de 2017 continua demonstrando fraca atividade econômica e alta volatilidade, porém, pode-se notar em alguns dados macroeconômicos indicativos de uma possível recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança quando comparados a janeiro de 2017 e a melhora da utilização da capacidade instalada. Essas melhoras nos dados macroeconômicos ainda não se materializaram de maneira plena no volume de entrada de pedidos da Unidade de Máquinas Romi, embora seja possível notar uma evolução mais significativa na Unidade de Fundidos e Usinados, dos segmentos automotivos comerciais e agrícolas.

A Romi continua tomando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Durante os últimos três anos efetuamos diversas otimizações principalmente das estruturas indiretas, reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade, com foco no incremento da rentabilidade em 2017, mesmo em um cenário de fraca atividade econômica. Os impactos dessas medidas podem ser notados nos níveis de rentabilidade da Companhia, que apresentaram expressiva evolução em 2017 em relação a 2016.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida auferida em 2017 foi de R$672,9 milhões, 14,6% superior à registrada em 2016, devido aos seguintes principais fatores: (i) incremento da receita de máquinas no mercado doméstico, causada pela leve melhora da economia em 2017; (ii) aumento das vendas no mercado externo reflexo da estratégia da Companhia de solidificação da marca no exterior e (iii) incremento da receita da subsidiária alemã B+W em 2017 em € 14,8 milhões, demonstrando que o faturamento tem refletido a sólida entrada e carteira de pedidos.

Em 2017, o mercado doméstico foi responsável por 59% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha e B+W), foi de US$83,8 milhões, montante 32,8% superior ao alcançado em 2016. Esse incremento na receita do mercado externo deve-se tanto à subsidiária alemã B+W quanto às subsidiárias Romi, cujos fatores estão comentados no parágrafo anterior.

Em 2017, a entrada de pedidos foi de R$ 707,6 milhões, montante 13,6% superior ao obtido no ano de 2016.

Margens

Em 2017, a margem bruta foi de 28,2%, 8,3 pontos percentuais acima da obtida em 2016. Essa evolução da margem bruta possui como principais fatores: (i) ajustes operacionais com adequação da estrutura ao atual nível de atividade, principalmente nos anos de 2016 e de 2015; (ii) monitoramento rígido dos custos e despesas e (iii) melhor volume de atividade na subsidiária alemã B+W.

Resultado Líquido

O lucro líquido do ano de 2017 foi R$ 37.954.

2. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2017 foram investidos R$ 29 milhões, sendo aproximadamente R$ 11 milhões destinados à instalação de uma máquina de moldagem automática para a Unidade de Negócio de Fundidos e Usinados. Esse equipamento permitirá que o atual processo seja automatizado, deixando-o mais competitivo, além de aumentar a capacidade e a qualidade na entrega de peças fundidas e usinadas de médio porte. A instalação continuará ocorrendo ao longo do ano de 2017, com início da produção previsto para 2018. As demais despesas de investimento foram destinadas, em parte, à manutenção, produtividade, flexibilidade e competitividade das demais unidades do parque industrial, dentro do plano de investimento previsto para o ano de 2017.

3. AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

4. ARBITRAGEM

As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ - 56.720.428/0001-63/NIRE - 35.300.036.751

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como o Orçamento de Capital para o exercício de 2018. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, e ainda tendo em vista todas discussões havidas relativamente à ressalva contida no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Santa Bárbara d'Oeste, 6 de fevereiro de 2018.

Alfredo Ferreira Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Walter Luis Bernardes Albertoni

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ – 56.720.428/0001-63/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores infra mencionados, declaram que o conjunto das demonstrações financeiras foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de fevereiro de 2018

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente
William dos Reis - Vice - Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor
Francisco Vita Júnior – Diretor
Fernando Marcos Cassoni – Diretor

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ – 56.720.428/0001-63/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores infra mencionados, declaram que revisaram e discutiram a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young, referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A referida opinião é de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, exceto pela ressalva sobre a reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de Pis e Cofins.

Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), a possibilidade de modulação de efeitos, onde se decidirá por um corte temporal entre diversos possíveis, assim como a possibilidade de alteração da sistemática a ser utilizada pelos contribuintes para a quantificação dos créditos, representam uma grande incerteza quanto ao seu desfecho final. Apenas após os referidos esclarecimentos, que possivelmente serão trazidos pelo trânsito em julgado a ser publicado pelo Supremo Tribunal Federal, após ter concluído sobre a análise dos Embargos de Declaração apresentados pela União é que poderão permitir a análise e conclusão objetiva do êxito envolvido e consequente impacto contábil necessário. Portanto, na fase atual do processo, a Companhia não possui condições de avaliar qual será a modulação, tampouco a sistemática a ser adotada na determinação do valor a

pagar do PIS e da COFINS e, consequentemente, do valor dos créditos tributários. Como conclusão, a Companhia possui o entendimento de que o valor da referida provisão, em 31 de dezembro de 2017, deva ser mantida até o desfecho final do assunto.

Em linha com esse entendimento, a Companhia, em 29 de janeiro de 2018, protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") consulta, pela qual solicita a manifestação da CVM quanto ao tratamento contábil referente ao reflexo da decisão preliminar do Supremo Tribunal Federal a respeito da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do Pis e da Cofins, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 30 de janeiro de 2018.

As informações relevantes sobre o assunto têm sido divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de fevereiro de 2018

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente
William dos Reis - Vice - Presidente
Fábio Barbanti Taiar – Diretor de Relações com Investidores
Francisco Vita Júnior – Diretor
Fernando Marcos Cassoni – Diretor